

Lembrar e esquecer em campanha política. O *Correio Paulistano* em defesa da memória de 1932.

Mestranda Carolina Soares Sousa
Bolsista Capes do Programa de Pós-Graduação em História Social da UnB
carolina_soaressousa@hotmail.com

A vitória da revolução de 1930 arrasou a imprensa que apoiava o Partido Republicano Paulista, partido de situação durante os quarenta anos que antecedem o movimento outubrista. Alguns jornais haviam sido completamente destruídos, outros não puderam voltar a circular normalmente por algum tempo. Em São Paulo, o novo governo do Estado desapropriou o periódico *Correio Paulistano*, órgão “oficial” e “oficioso” do Partido Republicano Paulista, anexando suas oficinas à Imprensa Oficial, ocorre o seu empastelamento, recolhimento dos bens, incêndio e fechamento. Dessa forma, a tarefa de acompanhar o discurso do PRP pela imprensa nos anos seguintes a revolução, é possível se tomado como fonte os comentários e noticiários sobre suas atividades pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, outro expressivo órgão da imprensa paulista. (BORGES, 1979). Entretanto, mesmo tendo sido sempre mais discreto e menos tendencioso, *OESP*, a partir da chamada da Constituinte Estadual e, com isso, da necessidade de redefinições político partidárias, torna-se claramente órgão de imprensa do Partido Constitucionalista, fundado recentemente, em fevereiro de 1934, por obra do interventor Armando de Salles Oliveira, membro do extinto Partido Democrático e do grupo que chefiava o jornal. Após um período de instabilidade na interventoria do Estado de São Paulo que, desde a revolução de 1930 viveu a troca de interventores em curtos espaços de tempo até que se chegasse ao almejado “civil e paulista”, Armando de Salles Oliveira é finalmente empossado como interventor.

Somente em 26 de junho de 1934 o *Correio Paulistano* volta a circular, mesmo Getúlio Vargas tendo decretado o fim da censura à imprensa algum tempo antes, momento propício, pois a campanha eleitoral às eleições para composição da Assembléia Estadual Constituinte de outubro de 1934 estava por ganhar maior intensidade. O periódico retorna pedindo a autonomia de São Paulo e o retorno à prática democrática. E nos primeiros números do jornal de volta as ruas, seu conteúdo, já em tom de campanha eleitoral, são evocações à volta ao passado. Na matéria de capa do dia 08 de julho de 1934, véspera do aniversário de dois anos do movimento de 1932,

o jornal estampa um soldado constitucionalista, segurando faixas com pedido de autonomia e justiça, sob a afirmação de que São Paulo de 1934 deveria ser São Paulo de 1932, aquele Estado que “não transige, não esquece e não perdoa”, palavras proferidas por Alcântara Machado, líder da bancada da Chapa Única por São Paulo Unido, durante Constituinte Federal. (*Correio Paulistano* - 08/07/1934, Pág. 5.).

As considerações feitas a seguir são partes da análise da ação do Partido Republicano Paulista durante o quadro de reconstitucionalização que se instaura em São Paulo após a revolução de 1930, com destaque para a Assembléia Constituinte Estadual paulista, em 1934. Considero que o órgão de imprensa perrepista retorna exatamente para travar ferrenha oposição a possibilidade da eleição de Armando de Salles Oliveira e dos demais membros do Partido Constitucionalista.

A relação entre o PRP e os membros do Partido Constitucionalista torna-se conflituosa desde o momento em que o chefe do Governo Provisório passa a cogitar possíveis nomes para ocupar o lugar do interventor Waldomiro Lima. Antes disso, os membros de ambos partidos haviam selado um clima de concordância com a formação da Chapa Única Por São Paulo Unido, quando foi chamada a Assembléia Constituinte Nacional. Essa relação conflituosa tem como ponto de partida também a volta de Ataliba Leonel. Membro da Comissão Diretora do PRP e senador de São Paulo em 1930, até quando a revolução de outubro venceu e os políticos da velha ordem foram destituídos de seus cargos, Ataliba Leonel foi um dos articuladores da revolta Constitucionalista. Após a derrota, é exilado juntamente com outros revoltosos. Antes da instalação da Assembléia Constituinte, Getúlio Vargas decreta anistia aos exilados de 1932, Ataliba Leonel volta ao Brasil e novamente irá compor o quadro da Comissão Diretora do PRP, fortalecendo o tradicionalismo do velho partido. (GOMES; LOBO; COELHO, 1980). O “histórico” líder do Partido Republicano Paulista, Ataliba Leonel, recém chegado do exílio, representante do que se costumava chamar de “velho e tradicional Perrepê”, marca o início de uma cisão dentro do partido, que ainda era composto pela ala moça, conhecida como *Ação Nacional*. O retorno de Ataliba Leonel significava o ressurgimento do PRP conservador.

Na ocasião da escolha do interventor paulista, predominava a opção por um membro do Partido Democrático, que tinha apoio da *Ação Nacional*. Assim, o conflito dentro do PRP eclode devido às posições tomadas frente à escolha do novo interventor,

pois, de acordo com Ataliba Leonel, a ala moça era “fazedora de fusões com os democráticos”. Ataliba Leonel afirma que não interessava ao velho partido, alterações no estado atual da interventoria, o que significa um apoio ao governo de Waldomiro Lima. Tal declaração mostra que o “tradicional” perrepê, novamente sob o comando de Ataliba Leonel, era completamente contrário a indicação de Armando de Salles Oliveira à interventoria, deixando clara sua total insatisfação quando o democrático assume o governo do Estado (*O Estado de São Paulo*, 01/09/1934. Pág. 12.).

Ao se fundir ao novo partido, a Ação Nacional termina por efetivar a cisão dentro do PRP. O “velho partido” perde o prestígio que passa a ser conferido ao Partido Constitucionalista, quando este é fundado pelo recém interventor. A volta de Ataliba Leonel à condução do PRP, a indicação de Armando de Salles Oliveira à interventoria de São Paulo, a fundação do Partido Constitucionalista e as eleições para o governo constitucional, recuperam e criam novas tensões entre os membros do velho e tradicional partido e o grupo do novo interventor. No momento em que Armando de Salles Oliveira inicia suas viagens pelo interior d’*O Estado de S. Paulo*, marcadas por discursos políticos, fica clara sua intenção de permanecer no poder por meio do pleito de 14 de outubro. A insatisfação do PRP crescia ao ver a atual interventoria nas mãos de um “democrático-peceísta”.

Segundo a legislação, 90 dias após a promulgação da Constituinte Federal era necessário convocar as eleições para a Assembléia Constituinte Estadual. Começaria uma campanha eleitoral para a composição da representação paulista na Constituinte, cujo pleito ocorreria em 14 de outubro de 1934. A campanha intensifica a guerra entre os partidos políticos paulistas. O grupo perrepista lançará forte ofensiva política buscando recuperar seu espaço perdido. Se o PRP conseguisse maioria de representantes na Assembléia Estadual Constituinte, conseguiria eleger o governador constitucional do Estado. Não seria somente a volta do partido que governou por 40 anos, mas a revanche por 1930 e 1932. Seria Getúlio Vargas fora de São Paulo.

É a recuperação do principal órgão de imprensa do PRP, o *Correio Paulistano*, empastelado após a revolução de 1930, que demarca o início da reação contra o Partido Constitucionalista e contra Vargas. Entre os meses de julho e outubro, a campanha para a eleição ao governo constitucional ganha maior intensidade e os argumentos usados pelo PRP serão permeados pelos acontecimentos passados: as revoluções de 1930 e

1932 associadas à aproximação ambígua do interventor e seu grupo peceísta-democrático com o chefe do governo provisório. O *Correio Paulistano* acusará o Partido Constitucionalista de traidor do movimento de 1932, que se fez contra o ditador Getúlio Vargas.

No início do mês de agosto o *Correio Paulistano* publica uma foto de Armando de Salles Oliveira e Getúlio Vargas, entre sorrisos e trocando um aperto de mão, sob o seguinte título: “Um sorriso ditatorial e um sorriso civil e paulista”. A necessidade de um interventor civil e paulista para São Paulo foi uma das principais bandeiras erguidas pelo grupo do Partido Constitucionalista, que se gabava por ter conseguido tal feito, bem como a reconstitucionalização do país. Entretanto, a oposição considerava Armando de Salles Oliveira, além de paulista e civil, um “getulista”. Para legitimar tal afirmação, publicaram a fotografia do interventor e de Vargas “de mãos cerradas, sorriso na boca, numa saudação cordial”. (*Correio Paulistano* - 02/08/1934. Pág.1.). A fotografia, quando não era novamente publicada nas páginas da oposição, era comentada, na tentativa de chamar a atenção dos eleitores para as mãos de quem o governo de São Paulo iria caso o PC tivesse maioria de votos nas eleições.

No discurso do *Correio Paulistano*, o resultado das eleições de outubro significaria tudo para os peceístas. Para conseguir manter-se no governo, o grupo do interventor necessitaria jogar sua maior cartada: a aliança com o Governo Provisório. Para tanto, Armando de Salles Oliveira não hesitara em sacrificar as conquistas de São Paulo, que se fizeram contra Getúlio Vargas, como o movimento revolucionário de 1932. Coerência não era a principal característica dos políticos brasileiros e, para os perrepetistas, Armando de Salles Oliveira era um exemplo claro disso. O interventor era comparado pela oposição a um jogador de futebol, “ora neste clube, ora naquele, aos quais os cronistas esportivos aplicam a acertada denominação de borboletas”. Era comum ver-se no Brasil um homem integrado neste partido para amanhã defrontá-lo em campo literalmente oposto. O grupo de Armando aliou-se com Vargas para com maior facilidade obter cargos de mandos. “Qual o meio mais fácil? – Abraçar o povo ou o sr. Getúlio Vargas? Não tiveram dúvidas: em lugar de se agarrar aos santos, agarraram-se logo a Deus” (*Correio Paulistano* - 02/09/1934. Pág.5.).

Expressões como “camaleonismo político” eram inúmeras vezes reiteradas nas páginas do *Correio Paulistano*, para adjetivar o interventor. As discussões em torno do

apoio ao “inimigo de ontem” tornam-se o prato principal da campanha eleitoral. O periódico oposicionista previa: era indubitável que Armando de Salles Oliveira, ao se aliar a Vargas, estava firmemente disposto a conservar-se no governo do Estado e, posteriormente, “abocanhar” a presidência da República.

O PRP apelava em nome do passado: quando os paulistas se batiam na revolução de 1932, desejavam muito mais do que a simples adoção de um estatuto constitucional, queriam o direito a liberdade e o afastamento dos “outubristas” do governo. Sendo estes os intuitos que fizeram os paulistas levantarem armas em 1932, ainda não havia chegado o momento de enrolar a bandeira do combate. Ainda era necessária uma verdadeira “reconstitucionalização”. E o pleito de 14 de outubro de 1934 era a chance de “constitucionalizar” Getúlio Vargas, para tanto, era necessário votar nos candidatos do PRP, que na Assembléia Legislativa Federal e Estadual, continuariam a pugnar pelos mesmos ideais que agitaram a alma bandeirante em 1932. “*São Paulo de 1934 precisava ser São Paulo de 1932*”, ou seja, combater Getúlio Vargas e todos que dele se aproximassem. (*Correio Paulistano* - 11/09/1934. Pág. 1.).

Os perrepistas falavam da ingenuidade de Armando de Salles Oliveira em acreditar que Getúlio Vargas, ao nomeá-lo, estava preocupado em defender os interesses de São Paulo. O *Correio Paulistano* alertava: não havia dúvidas de que Getúlio Vargas, no momento oportuno, imolaria o interventor “civil e paulista” em São Paulo, com a mesma displicência com que desfez daqueles que o apoiaram em outubro de 1930. O jornal publica um artigo lembrando a carreira política de Getúlio, construída à custa de traições, chamando a atenção do PC: “é sempre oportuno recordar os fatos aqueles de memória fraca.” Enquanto o Partido Constitucionalista imaginava hipóteses para o futuro, esperançosamente garantidas pela aliança com o chefe do Governo provisório, o PRP rememorava a experiência de um passado, não muito distante, em que Vargas traiu e humilhou São Paulo. O modo com que Vargas fazia política é minuciosamente descrito em artigo do *Correio Paulistano*, a fim de estampar como os constitucionalistas eram ingênuos por acreditar que sairiam vencedores de tal aliança.

De acordo com o periódico oposicionista, Getúlio Vargas começou sua carreira política pelas mãos de Borges de Medeiros, presidente do Rio Grande do Sul. Foi deputado estadual e depois federal e, nesta posição, foi buscar “a boa fé de Washington Luiz”, para torná-lo ministro da fazenda, o que lhe daria maior prestígio entre os

políticos do Rio Grande do Sul. Depois de conseguir notoriedade entre os políticos da sua terra, não foi difícil conseguir apoio para ser presidente do Estado, substituindo “o velho chefe a quem tudo devera”: Borges de Medeiros. Como presidente do Rio Grande do Sul, seu primeiro ato foi cortejar a oposição. Pouco depois, travando-se luta pela sucessão de Washington Luiz, Getúlio Vargas aceitou candidatar-se e a chefia da revolução de outubro de 1930, contra o seu “segundo benfeitor”. Findada e vencida a revolução: prendeu e deportou Washington Luís, que trouxe notoriedade a sua vida política, traiu seu “protetor”. O PRP insistia na identificação de Getúlio Vargas como traidor, versão corrente nas primeiras interpretações acerca da revolução de 1930, com o intuito de aproximar tal identificação de Armando de Salles Oliveira.

Novamente, num exercício de previsões, a oposição questionava: acreditaria o interventor de São Paulo que, diante de todas as traições por parte do ditador, somente ele seria poupado? Julgaria que, “apesar da sua docilidade e obediência”, Getúlio Vargas o pouparia? Os perrepistas pediam que o povo paulista, indignado com o procedimento de Armando de Salles Oliveira, que entrou para a intimidade do ditador, manifestaria nas urnas seu despreço e o faria descer, “tristonho e só”, as escadas do palácio do governo. Faltava pouco para que mais um fosse abandonado, “como bagaço, pelo homem que tem feito toda sua carreira sacrificando companheiros” (*Correio Paulistano* - 13/09/1934. Pág.5).

A oposição explicitava, numa leitura simples, o motivo pelo qual Getúlio Vargas nomeara Armando de Salles Oliveira interventor. Era necessário um interventor paulista em São Paulo para que Getúlio se conservasse no poder e evitasse uma nova guerra. Posto em tal situação, o que fez o ditador? “Imaginou iludir a boa fé de todos”, colocando no governo do Estado um paulista que aceitasse coligações com o inimigo, ¹que “acreditava poder ser rei, mas que, na verdade, nada era, senão fantoche, a figura ideal: Armando de Salles Oliveira”. O ditador havia percebido tudo isso, “sorriu e lentamente, cariciosamente”, foi atraindo o interventor paulista para sua intimidade. Getúlio Vargas conhecia a temperatura elevada do ambiente de São Paulo e intransigência dos paulistas em relação àquele que tão cruelmente os ultrajara. Tinha a certeza de que uma aliança do interventor paulista com o ditador tiraria aos mineiros as

¹ Com a ascensão de Armando de Salles Oliveira ao poder e algumas outras conquistas permitidas por Getúlio Vargas, como duas pastas ministeriais, os constitucionalistas estavam aparentemente satisfeitos e vivendo uma fase ainda delicada, mas amigável com o chefe do governo provisório.

esperanças de entendimento com os paulistas. Getúlio teria assim em suas mãos os dois mais fortes Estados, ou seja, teria também o restante do país (*Correio Paulistano* - 13/09/1934. Pág.5.).

O fato de haver uma Constituição que permitiu vestir Getúlio Vargas de presidente, não significa que “a indumentária mudou o homem”. Não, era o mesmo homem, era o ditador de antes. Os homens que participaram de 1932 não podiam andar “aos beijos e abraços” com Getúlio Vargas, ou vender suas convicções a “troco de pastas ministeriais”, muito menos julgar ser honrado apertar a mão do ditador (*Correio Paulistano* - 13/09/1934. Pág.5.). Cometer estes atos significava renunciar 1932, renunciando assim São Paulo.

A lembrança dos políticos paulistas da campanha de 1932, devotados a retirar Vargas do poder e não em apenas ganhar uma constituição, é sempre destaque nas páginas do *Correio Paulistano*. 1932 constituía-se como representante de um tempo em que Vargas era o inimigo. Dessa forma, o PRP idealizava o passado, fazendo dele seu projeto político. Entretanto, o velho partido também enfrentava suas ambigüidades. O desafio era evocar o passado político perrepista e seus feitos pela campanha de 1932, retirando dessa memória as ações que o ligavam aos modos oligárquicos.

Os perrepistas levantavam a bandeira revisionista da Constituição, conclamando uma verdadeira “reconstitucionalização do país”. O PRP dava mostras de que pouco importava os detalhes da carta constitucional, o que importava era uma Constituição que impedisse a permanência de Getúlio Vargas no governo do país, que vetasse a possibilidade do ditador suceder a ele mesmo nas eleições constitucionais, o que não ocorreu na Assembléia Constituinte de 1934. Era necessário “constitucionalizar” Getúlio Vargas. No entanto, é certo que o objetivo do PRP era se restabelecer no poder, para isso, era necessário se renovar e ter cuidado com o discurso que pregava a volta ao passado. O passado deveria voltar, mas com nova vestimenta. Esta nova vestimenta consistia em aderir conquistas políticas efetivadas com a Constituição de 1934. Diante disso, o PC acusa o PRP de ambigüidade também, pois, mesmo aderindo às mudanças propiciadas pela Constituição de 1934, levantava a bandeira revisionista.

O PRP ganhava então a pecha de passadista, aprisionado ao passado, com sua participação vetada no presente. Para utilizar o passado como artigo de campanha política, o PRP precisou reordenar suas lembranças, selecionando o que deveria ser

esquecido. O velho órgão de imprensa pregava a volta ao passado, mas evitava comentar sua atuação nele, falava em democracia, mas carregava o peso oligárquico de um partido que permaneceu mais de 40 anos no poder. A estratégia de usar o passado como arma de acusação em campanha política, torna-se cara aos perrepistas. O que era selecionado para ser esquecido, em meio ao momento de disputa política, imediatamente era tomado pelo adversário para ser lembrado.

CORPUS DOCUMENTAL:

Jornal *O Estado de S. Paulo*, disponível em forma de microfilme para consulta no Arquivo Estadual de São Paulo. São Paulo/SP. Foram consultados os meses de agosto a outubro de 1934.

Jornal *Correio Paulistano*, disponível em forma de microfilme para consulta no Arquivo Estadual de São Paulo. São Paulo/ SP. Foram consultados os meses de agosto a outubro de 1934.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves. *Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, CPDOC, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos trinta e política: história e historiografia. In: *Historiografia Brasileira em perspectiva*. FREITAS, M. (org). São Paulo: Contexto, 1998. P. 159-182.

_____. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista (história de uma esperança e muitos desenganos)*. Editora Brasiliense, 1979.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino: (imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo")*. São Paulo: Alfa - Omega, 1980.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. MENEZES, Maria de Lourdes. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina e MARTINS, Ana Luiza (organizadoras). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

DUARTE, Paulo. *Memórias. Selva Oscura*. São Paulo: Hucitec, v.3, 1976.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos Partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: HARBRA, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. et al. Confronto e Compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964). 6. ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil; 1996: p. 7-75.

_____ [et al]. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980: p. 237-337.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC – Rio, 2006.

OLIVEIRA, Armando de Salles. *Escritos Políticos*. São Paulo: Arx, 2002.

SANDES, Noé Freire. *Costa Rego e o tempo revolucionário (1930)*. Rev. Bras. Hist. vol.28 no.55 São Paulo Jan./June 2008

SILVA, Antônio Carlos Pacheco e. *Armando de Salles Oliveira*. – São Paulo: Parma: Edusp, 1980.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.